



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0009085/2024-10

PORTARIA Nº 747/2024
DE 15 DE MARÇO DE 2024

D e s i g n a
servidores
para gerir e
fiscalizar o
**Contrato nº
008/2024**,
firmado entre o
Ministério
Público do
Estado de
Sergipe e a
empresa
**TECHBIZ
FORENSE
DIGITAL
LTDA.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, do Estado de Sergipe,

CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o preceito do *caput* do art. 117. da Lei Federal nº 14.133/2021, que determina que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da mencionada Lei, ou pelos respectivos substitutos;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 8º e 9º da Portaria nº 88/2024, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, as rotinas administrativas aplicáveis à gestão e à fiscalização de Contratos,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na gestão e fiscalização do **Contrato 008/2024**, firmado entre o Ministério Público do Estado de Sergipe – MPSE e a empresa **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA**, que tem como o objeto a prestação de serviços de suporte e atualização tecnológica de softwares de computação forense digital, incluindo subscrição de suporte técnico do fabricante com acesso a atualização de versões, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para utilização no Núcleo de Inteligência (NUI) e no Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro/LAB-LD do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado/GAECO, visando prover o Ministério Público do Estado de Sergipe (MPSE) de meios necessários ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0009085/2024-10

atendimento das demandas relacionadas à Perícia Forense Computacional, nas condições estabelecidas no Termo de Referência da DISPENSA PRESENCIAL – DP 586/2023, com as seguintes atribuições:

§ 1º A **Gestão do Contrato** será exercida pelo Chefe do Núcleo de Acompanhamento e Controle de Convênios e Contratos, **Sr. Pedro Vinícius Lopes dos Santos, matrícula 1.692**, responsável gerir e coordenar o processo de fiscalização da execução contratual.

§ 2º Nas ausências e impedimentos do servidor supracitado, os atos administrativos poderão ser praticados pelos demais funcionários que exercem atividades junto ao Núcleo de Acompanhamento e Controle de Convênios e Contratos do MPSE.

§ 3º A **Fiscalização Administrativa do Contrato** será exercida pela Coordenadora do Apoio Administrativo, **Sra. Léa Gomes de Andrade, matrícula 2.354**, designada para auxiliar o Gestor do Contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos.

§ 4º Nas ausências e impedimentos da servidora supracitada, a Fiscalização Administrativa ficará a cargo da servidora **Elza Lorenza Quaranta Leite Carvalho, matrícula 1.809**.

§ 5º A **Fiscalização Técnica do Contrato** será exercida pelo Técnico do Ministério Público Estadual, **Sr. Roberto Andrusyszyn Celino, matrícula 1.622**, designado para auxiliar o Gestor do Contrato quanto aos aspectos técnicos do objeto contratado.

§ 6º Nas ausências e impedimentos do servidor supracitado, a Fiscalização Técnica do Contrato ficará a cargo do servidor designado pelo Diretor do GAECO do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Manoel Cabral Machado Neto
Procurador-Geral de Justiça

Expediente assinado eletronicamente por **Manoel Cabral Machado Neto***, em 15/03/2024 19:49:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.